



*André Saraiva Santos*

**Resumo:** *Um nacionalismo chinês crescente e ameaçador, um general jovem chinês que não se deixava influenciar pelos conselheiros japoneses que outrora persuadiram o seu pai, uma situação económica aflitiva no Japão e um governo nacional não cooperante, foram factores cruciais para o Exército japonês na Manchúria (Kwantung) intervir militarmente e assegurar os interesses especiais japoneses na região que tantos anos custaram a adquirir. Perante uma ordem internacional onde o imperialismo se tornava cada vez mais contestado, nasce o novo estado da Manchukuo. Os políticos deste país buscam legitimidade no exterior, tentando dificilmente explicar o movimento de independência proveniente da vontade dos 30 milhões de manchurianos, assim como tentam arquitetar uma identidade nacional que homogeneíze uma população repleta de diversidade cultural proveniente de várias etnias. É neste sentido que este artigo pretende entender as primeiras políticas promulgadas pelo governo de Xinjing para a área da educação, e de que maneira a educação como agente do estado criou e reaproveitou conceitos históricos, ideológicos, filosóficos e religiosos para a reprodução de modelos de cidadão que consciencializassem e incorporassem os valores defendidos pelo estado, como também tentassem combater o nacionalismo chinês presente na grande maioria étnica da região: os Han. Igualmente se explicitará as proibições levantadas pelo Ministério da Educação da Manchukuo no acesso à informação e à cultura produzida no interior ou proveniente do exterior, procurando manter a população letrada alheia a determinadas fontes de conhecimento tentando consolidar a integridade ideológica do estado.*

**Palavras-chave:** *Manchukuo, Políticas Públicas, Educação, Colonialismo, Pan-Asianismo*

.....

## **Pré-estabelecimento da Manchukuo**

O governo caótico do general Yuan Shikai 袁世凱(1859-1916) e as suas ideias de restabelecimento das eras imperiais na China quando já se tinha procedido a mudança para o regime Republicano, causou a rebelião de vários Senhores de Guerra, que tinham poderes militares e administrativos sobre partes de províncias do território chinês. A China estava de novo em Guerra Civil, ou para ser mais preciso, em dez guerras civis espalhadas pelo território (Young, 1999, p. 26). Na Manchúria, Zhang Zuolin 张作霖(1875-1928), um antigo bandido e, agora, comandante de um exército chamado Fengtian 奉天 (ou Fengxi, em chinês 奉系军阀) originário dessa mesma cidade chinesa que hoje é denominada de Liaoning 辽宁, era a figura dominante. A província estava rodeada e entrelaçada entre forças estrangeiras. Por um lado, os japoneses (que controlavam parte da Manchúria através das linhas ferroviárias da SMR - South Manchuria Railways<sup>1</sup> – assim como a concessão de Kwantung 关东 na península de Liaodong 辽东半岛 e a Coreia, vizinha da Manchúria) e, pelo outro, russos (que tinham perdido a Guerra Russo-Japonesa e controlavam ainda território fronteiriço acima do Rio Amur). De igual forma, o ‘Velho Marechal’ da Manchúria (como era conhecido Zuolin) também recebia ameaças dos seus compatriotas chineses, nomeadamente, de grupos de bandidos espalhados pela Manchúria ou de outros Senhores de Guerra pertencentes a outras províncias chinesas que pretendiam aumentar o seu poder, e igualmente do primeiro partido político moderno da República, Partido Nacionalista Chinês 国民党 (em chinês Guomindang e daqui em diante tratado pela sua sigla GMD) que visava recuperar os direitos de

---

<sup>1</sup>A SMR não só controlava os interesses ferroviários como também detinha um monopólio de minas de carvão e de portos, como geriam armazéns, hotéis para viajantes, escolas, hospitais e recolhiam impostos. Mais tarde o seu desenvolvimento permitiu a aquisição de uma grande variedade de companhias que produziam metais, vidro, óleo e cerâmica (Young, 1999, pp. 31–32)

## As Políticas Públicas para a Educação no Estado recém-estabelecido da Manchukuo

Departamento de Línguas e Culturas – Universidade de Aveiro, Portugal

---

governança republicanos e exterminar com todo o domínio tirano dos Senhores de Guerra. O Partido Comunista Chinês 共产党 (daqui em diante PCC) com menos meios que o GMD mas com este objetivo comum também estava na frente mobilizando as populações chinesas para a causa (Young, 1999, p. 35). Como dizia Spence (1999), esta “aliança” entre comunista e nacionalistas precipitaria uma nova fase de xenofobia que punha em causa a posição militar e comercial do Japão na Manchúria. (Spence, 1999, p. 366). Um exemplo forte do nacionalismo chinês e da fúria popular contra anos de humilhação as mãos dos estrangeiros, e especialmente dos japoneses, ficou expresso no Movimento de Recuperação de Direitos<sup>2</sup>. Os japoneses sentiram a contestação popular nacionalista no seu território de Kwantung não poucas vezes. Zuolin tinha de tentar balançar todas as peças deste xadrez e estar ciente que qualquer movimento em falso, lhe traria a desgraça e a saída do poder da região. Zuolin não tinha um vínculo forte com os nacionalistas e por isso não acudia as suas causas. Os japoneses favoreciam-no, financiavam-no, aconselhavam-no. Convinha ao Japão uma relação colaboracionista particular com Zuolin onde apenas tinham de agradar as pretensões de um Senhor da Manchúria, de forma a desenhar atempadamente um plano para separar ainda mais a região de qualquer organização governativa chinesa (Young, 1999, pp. 30–31). O líder da família Zhang conseguiu durante vários anos manter-se numa posição privilegiada, chegando mesmo a entrar em Pequim e a viver na capital do antigo Império, numa casa abastada ao lado da Cidade Proibida. No entanto, no dia 4 de junho de 1928, os dias gloriosos de Zuolin chegariam ao fim. Com a pressão sobre a economia do Japão e o descontentamento do exército e marinha japonesa com a forma que a política externa estava a ser conduzida (Spence, 1999, p. 367), com o ímpeto cada vez maior e mais próximo da Expedição ao Norte liderada pelo GMD que provocou a mudança de relações entre os japoneses e os seus colaboradores chineses, com os meios de comunicação social chineses a reivindicarem os direitos sobre as concessões japonesas que levavam a boicotes, greves e manifestações, com a postura cada vez menos articulada e benevolente de Zuolin<sup>3</sup> (que também não podia negar que alguns dos protestos se dirigiam a ele por colaborar com o inimigo) o cerco aos ‘interesses especiais’ do Japão na Manchúria começava a apertar-se. Os oficiais japoneses da Manchúria sentiram-se traídos por Zuolin depois de o terem financiado e apoiado na sua posição de líder da região e providenciado material militar e sangue japonês para as suas guerras (Young, 1999, p. 37). Depois de uma negociação em que os japoneses exigiam a Zuolin mais direitos na Manchúria ter fracassado, o coronel do Exército de Kwantung Komoto Daisaku (1883-1955) decidiu colocar fim a vida do Senhor da Manchúria. Explosivos foram colocados numa secção da linha ferroviária que ligava Pequim a Manchúria. Zuolin querendo regressar a sua casa em Mukden, e viajando no seu comboio luxuoso nesse dito dia, as carruagens da locomotiva foram explodidas e apesar do Velho Marechal ter resistido durante algumas horas após a explosão, acabaria por morrer na sua casa. Este plano já tinha sido cogitado muito antecipadamente, sendo

---

<sup>2</sup> Este movimento teve início em 1926, representava uma das maiores manifestações do nacionalismo chinês e visava a anulação dos “...direito ao estatuto de extraterritorialidade, no qual os residentes estrangeiros estavam sujeitos às leis dos seus países de origem em vez dos da China; um sistema de tarifas fixas, controlado e determinado pelas Potências do Tratado; controlo estrangeiros da receita alfandegária; concessões a companhias sob terras e sob economia, colocando-as fora do controlo chinês...” (Pratt, 1975, pp. 2–3)

<sup>3</sup> Zuolin começou a fazer os seus próprios investimentos em companhias que afetavam os setores de produção japoneses, assim como a criação de linhas de ferro próprias e portos que acabariam com o monopólio da SMR (Young, 1999, p. 37)

## As Políticas Públicas para a Educação no Estado recém-estabelecido da Manchukuo

Departamento de Línguas e Culturas – Universidade de Aveiro, Portugal

---

Ishiwara Kanji (1889-1949) um dos cérebros deste projeto (Yamamuro, 2006, p. 15). Elementos do Kwantung calculavam que ir-se-ia criar um vácuo de poder com a morte do Senhor de Guerra na região, abrindo uma oportunidade para o Exército de Kwantung de tomar a região através de uma guerra aberta na Manchúria<sup>4</sup>. Mas tal não aconteceu<sup>5</sup>, com a vinda do filho do Velho Marechal, Zhang Xueliang 张学良 (1901-2001) para o comando do exército do seu pai, as tropas de Fengtian. Os japoneses tentaram aproximar-se de Xueliang, colocando confidentes que tinham trabalhado com o seu pai a influenciá-lo ou dominá-lo se possível. Contudo, Zhang Xueliang não iria colaborar da mesma maneira que os japoneses tinham feito com o seu pai. Sabendo desse plano, ele ordenaria o assassinato desses conselheiros durante uma refeição onde ele era o próprio anfitrião (Spence, 1999, p. 368). Era bem perceptível que o ‘Jovem Marechal’ (como era chamado pelos japoneses em jeito de sarcasmo), pautaria o seu governo de forma contrária a Zuolin, aproximando-se dos nacionalistas, do sentimento do povo que contestava os estrangeiros, e a sua relação com o Japão ficou gravemente prejudicada. Endureceu a sua posição com a proclamação de uma aliança com o GMD, liderado por Chiang Kai-shek 蒋介石 (1887-1975), em Dezembro de 1928 e passou a ser publicamente um defensor do governo da República da China. Rapidamente implantou medidas que levavam os novos ideais republicanos, nacionalistas, presentes nos Três Princípios do Povo 三民主义 (Nacionalismo, Democracia, Bem-estar do Povo), de Sun Yat-sen 孙中山 (1866-1925) ‘pai’ da República da China, a Manchúria. A bandeira republicana era agora içada na Manchúria, adotar-se-ia as reformas educacionais patrocinadas pelo GMD e os novos livros escolares seriam difundidos pelas diferentes classes estudantis que continham entre os ideais nacionais, propaganda anti-japonesa (A. R. Hall, 2003, p. 19) (Yamamuro, 2006, p. 12). Como incentivo, o governo de Nanquim, ofereceu a Xueliang a anexação da província de Rehe 热河 (Jehol) para o seu Conselho Político da Manchúria que estava sob sua direção (Spence, 1999, p. 368). Além disso, Xueliang procurou diminuir o poderio económico japonês na região, enveredando pela construção das suas próprias linhas ferroviárias (desembocando no porto de Huludao 葫芦岛, em alternativa ao porto japonês da Península de Liaodong, Dalian 大连), na tentativa de rivalizar com a nipónica SMR. Internamente, o Japão de 1931 passava por dificuldades económicas com a política protecionista dos EUA sob a importação da seda o que causou aumento drástico no desemprego, tendo a população rural dependente desse comércio sido severamente afetada, seguindo-se a fome e a pobreza que não tardariam a chegar aos grandes centros urbanos japoneses (Mutter, 2004, p. 4). Pérolas, enlatados, porcelanas que representavam um bom lucro do comércio com os EUA foram afetadas pela Tarifa Smoot-Hawley de 1930 (taxa de importação a 23%). As exportações com a China também tinham caído para valores assustadores (50%) (Spence, 1999, p. 367). Os homens de negócio do Japão assim como os militares não simpatizaram com a vinda deste jovem general. Mais ainda, o GMD instalou o seu primeiro escritório na Manchúria em Março de 1931 com o aval de Xueliang e essa aliança materializava-se e era visível (Yamamuro, 2006, p. 12). Para tornar a situação geral ainda pior, Chiang Kai-shek anunciou na primavera desse mesmo ano que um dos objetivos

---

<sup>4</sup>Ver (Spence, 1999, p. 368)

<sup>5</sup>O governo do Japão rejeitou aos planos de invasão da Manchúria, mesmo com a aprovação do Exército de Kwantung e do Ministério de Guerra japonês (Young, 1999, p. 31).

## As Políticas Públicas para a Educação no Estado recém-estabelecido da Manchukuo

Departamento de Línguas e Culturas – Universidade de Aveiro, Portugal

---

partidários principais da política com o exterior era a devolução da Concessão de Kwantung e a transferência de direitos da SMR para o governo nacionalista (Young, 1999, p. 38). As receitas da SMR começaram a cair, e parecia que os movimentos ‘anti-japoneses’ estavam a dar resultado<sup>6</sup>. A população japonesa da Manchúria começou a sentir as consequências deste ambiente em que tinha mergulhado a Manchúria, e decidiram enviar uma petição com ‘500 casos pendentes’<sup>7</sup> para resolução oficial. No Verão de 1931, aconteceram igualmente dois incidentes graves: O Incidente de Wanbaoshan e o Assassinato de Nakamura<sup>8</sup>. A 2 de julho de 1931, dão-se manifestações anti-chinesas na Coreia, com ataques às populações chinesas em várias cidades da Coreia depois do que ocorrera em Wanbaoshan. O governo japonês era pressionado por organizações sociais e por altos dirigentes militares a intervir (Young, 1999, p. 39). Contudo, o governo japonês, segundo Spence (1999), preferia atuar pela prudência. Em inícios de Setembro de 1931, Tóquio envia um general para Lüshun(旅順口, ou Porto Artur) de forma a exercer ordens restritivas no exército de Kwantung, obrigando-os a responder perante a sua presença das ações que deliberassem para a região. Previamente alertados por “...um telegrama secreto de um jovem oficial de Tóquio...” acerca destes desenvolvimentos, e sentindo que não poderiam agir mais de acordo com a sua própria vontade, os dirigentes do Kwantung decidem atuar rapidamente (Spence, 1999, p. 369). No dia 18 de Setembro de 1931, dá-se o Incidente de Mukden (九一八事变). Os japoneses recorrem a mesma estratégia que utilizaram para por fim a vida do ‘Velho Marechal’, colocando mais um engenho explosivo numa das linhas da SMR, fazendo com que o mesmo detonasse. A escolha de Mukden (em chinês, 沈阳 Shenyang) para causar o descalato foi premeditada, uma vez que era ali onde se encontrava a maior concentração de contingentes militares chineses da Manchúria (ibidem, p.369). Imediatamente os japoneses culpabilizaram os chineses pelos danos causados, e reagiram militarmente com a invasão do quartel militar das forças de Xueliang nessa cidade. Seguiu-se a posterior invasão de outras cidades manchurianas, tendo as forças do Fengtian sido forçadas a retirar da Manchúria. Em poucos meses a Manchúria estava sob controlo militar japonês (Smith, 2007, p. 3). Não só o Kwantung agiu por conta própria, como também teve o apoio do comandante do exército japonês da Coreia que, também sem o aval de Tóquio, movimentou as suas tropas para a Manchúria ajudando o movimento. A tomada tão rápida da Manchúria, quase não encontrando muita resistência por parte dos militares de Xueliang, pode ser explicada a partir das ordens que Chiang Kai-shek veiculou ao “Jovem Marechal” para não resistir à invasão e retirar as suas tropas para sul, para dentro da Grande Muralha. Kai-shek não queria apoiar o Exército de Fengtian uma vez que estava envolvido em luta internas partidárias (Spence, 1999, pp. 369–370). Se o GMD estava impossibilitado de intervir, a União Soviética também estava pouco capacitada para reagir à incursão japonesa, sendo a “manutenção das relações normais” o melhor acordo possível

---

<sup>6</sup>Young (1999) mostra-nos que os impactos sentidos na SMR não foram totalmente por culpa dos movimentos anti-japoneses praticados pelos chineses para estrangular as receitas, mas sim por eventos a escala global (Grande Depressão), como a redução da procura de produtos, ou eventos protagonizados pelos seus compatriotas e não pelos chineses. Ver (Young, 1999, p. 38). De igual modo, Lee (1983) também aponta estes fatores como desencadeadores da crise económica. (Lee, 1983, p. 130)

<sup>7</sup>Estes casos envolviam várias ocorrências de desordem pública, como roubos, apreensão ilegal de bens, impostos injustos, hostilidades demonstradas nos livros escolares e nos meios de comunicação social. Ver (Young, 1999, p. 38)

<sup>8</sup>Para mais detalhes sobre os incidentes referidos ver (Pratt, 1975)

para os soviéticos, por forma a preservarem também eles os seus interesses na exploração da Linha Ferroviária Chinesa do Leste. O PCC, estando as suas forças desmobilizadas pelo centro e sul da China e lidando com a perseguição pelas forças do GMD que os tentavam erradicar de todos os centros urbanos, também não seriam capazes de montar uma resistência imediata (Lee, 1983, pp. 127–128). Quatro dias após o Incidente de Mukden, fica delineado o Plano de Resolução para o Assunto Manchúria-Mongolia, numa reunião nada consensual onde as pretensões de generais como Ishiwara (a favor da retenção do controlo japonês) esbarravam nas de outros como de Doihara Kenji (a favor da implementação de uma república das 5 etnias). O veredicto final seria a implementação de um novo estado independente (Yamamuro, 2006, p. 41). No dia 30 de Setembro 1931, elementos do Kwantung dirigem-se a Tianjin para dialogarem com AisinGioro Puyi 溥仪 (1906-1967), o imperador Qing deposto, com a intenção de o fazer voltar à terra dos seus antepassados e ser a “figura principal” da Manchukuo (Spence, 1999, p. 370). Puyi aceitaria a proposta, e chegaria à Manchúria para ocupar o cargo de Chefe de Estado. A sua ascensão a imperador só iria acontecer em março de 1934, depois da rendição de tropas chinesas na cidade de Tanggu 塘沽, e da consolidação das fronteiras do novo estado. Quando os oficiais do Kwantung lhe informam que há um entendimento geral de o entronar e promulgar a restauração do império, o último imperador Qing, pede que lhe resgatem os mantos imperiais do último imperador adulto (Guangxu) para que ele possa proceder às cerimónias em Xinjing (新京, capital da Manchukuo, hoje cidade de Changchun 长春) onde adotaria o título de Imperador Kangde (康德) (ibidem, pp. 373-374). O novo estado patrocinava-se agora no Leste Asiático como a mais recente ‘monarquia constitucional’<sup>9</sup>.

### **Legitimando o movimento de independência da Manchukuo**

A formação do estado da Manchukuo desviava-se da linha colonialista tradicional que o governo japonês tinha realizado até aqui para a formação do seu vasto Império no Leste Asiático. Isto porque a formação da Manchukuo foi um ato unilateral do Exército do Kwantung presente na Manchúria, e como visto anteriormente, sem a premeditação e autorização de Tóquio. Mas porque razão o Exército de Kwantung e o Império Japonês não procederam à anexação do território, uma vez que já estava sob controlo de um exército japonês? Segundo Han (2004), existem várias considerações que efetivaram o cenário de estabelecimento de um novo estado. Após a I Guerra Mundial, a anexação desenfreada de territórios de outra soberania tornou-se uma prática “anacrónica” devido à rejeição internacional do engrandecimento imperial. O estabelecimento de um estado fantoche que lidaria, de forma estreita, com os planos do Japão parecia uma solução conveniente, ao mesmo tempo que se evitariam as críticas internacionais de que os verdadeiros governadores do território eram japoneses. Internacionalmente, Tóquio afastava-se de qualquer responsabilidade, dizendo que os problemas internos da Manchúria diziam respeito ao seu povo. Este quadro interessava igualmente aos oficiais do Kwantung, já que tinham a oportunidade de ter uma posição legal privilegiada vis-à-vis com o Japão e poderiam vetar as decisões de Tóquio sempre que

---

<sup>9</sup>Com as suas limitações. Veja-se que havia restrições nos organismos de tomada de decisão, assim como certas liberdades políticas como a proibição da criação de novos partidos políticos (Yu, 2017, p. 69).

## As Políticas Públicas para a Educação no Estado recém-estabelecido da Manchukuo

Departamento de Línguas e Culturas – Universidade de Aveiro, Portugal

---

achassem necessário (S.-J. Han, 2004, pp. 461–462). Ao contrário do que acontecia na Formosa e na Coreia, onde essas eram abertamente declaradas como colónias do Império, e por conseguinte os seus nativos remetidos à subjugação, na Manchúria presumivelmente haveria um estatuto diferente, e isso representava um espaço para implementar novos conceitos ideológicos, onde a identidade nacional e cultural ainda se encontrava por talhar (A. R. Hall, 2003, p. 1). Foi esta esperança nesta oportunidade que se lhes apresentava que muitos agentes do império da sociedade japonesa, com ideias totalmente discordantes (tanto os que apoiavam invasão da Manchúria como os que se mostravam indiferentes ou contra) e ideologias políticas divergentes, se projetavam na possibilidade de implementação do seu próprio sonho na “terra anunciada”(Young, 1999, p. 16). De qualquer forma, estes visionários não esperariam, certamente, uma resistência tão vincada e tão intransigente por parte dos militares do Exército de Kwantung na cedência de espaço para a proliferação de iniciativas partidárias ou ideológicas no novo estado. Melhor, os planos já concebidos no seio desta organização militar iriam seguir avante (Yamamuro, 2006, pp. 46–47) e qualquer tomada de decisão teria de receber o aval de elementos do Kwantung, que estariam espalhados por todas as posições de autoridade dentro do novo estado<sup>10</sup>. Contudo, de forma a desviar perceções evidentes de que o poder residia nas mãos dos militares do Exército, uma estratégia de “fachada” foi imposta. Ou seja, os nomes que apareceriam nos mais altos cargos da governação (Ministérios e Departamentos) seriam praticamente todos de “colaboradores” chineses(Young, 1999, p. 40). Xi Qia 熙洽 (1883-1950), Yu Chonghan 于冲漢(1871-1932), Zheng Xiaoxu 鄭孝胥(1860-1938)<sup>11</sup>, antigos defensores da causa Qing, ou da própria independência da região, foram alguns dos nomes sonantes que se enquadravam no perfil pretendido para tais posições. De qualquer forma, eles seriam influenciados pelos oficiais japoneses que seriam colocados, cautelosamente, em outros postos administrativos(S.-J. Han, 2004, p. 463). Contudo, este plano de governação baseado na aparência não era a resposta para todos os problemas que o novo estado na Manchúria iria enfrentar. Primeiro, era necessário justificar o “movimento de independência” na Manchúria e dar credibilidade e fundamentos válidos tanto para a população residente como para a comunidade internacional. Internacionalmente, algumas das questões basilares que seriam colocadas ao novo estado surgiam: como racionalizar a ocupação militar de uma região que antes era de soberania chinesa e sob a qual a maioria populacional desse território era Han (96%) e não de qualquer outra minoria étnica presente (como era a japonesa ou Manchu); como interpretar uma intervenção armada que não teve aparente resistência dos militares chineses do general Xueliang que pediu para não resistirem ao movimento; Internamente, dever-se-iam resolver assimetrias e divergências que atentavam contra a estabilidade da Manchukuo. Neste âmbito, questões desta índole necessitavam de urgente resolução: como enfrentar o crescente nacionalismo chinês e a galopante contestação anti-japonesa; como conceber uma nova entidade nacional e cultural num novo estado dividido etnicamente e numa altura em que os orgulhos nacionalistas e raciais se revelavam bem vincados. A Manchukuo apropriou-se de todas as formalidades

---

<sup>10</sup>Para análise de alguns dos postos em que os oficiais do Kwantung se apoderaram, ver (Young, 1999, p. 41)

<sup>11</sup> Segundo Thomas David DuBois, Zheng Xiaoxu até advogava uma espécie de administração conjunta da China entre os poderes Ocidentais e Japoneses. DuBois, refere ainda que muitos chineses que apoiavam a Manchukuo, tinham esse ideal de governar a China juntamente com as forças estrangeiras.(DuBois, 2008, p. 292)

## As Políticas Públicas para a Educação no Estado recém-estabelecido da Manchukuo

Departamento de Línguas e Culturas – Universidade de Aveiro, Portugal

---

simbólicas que um estado ostenta: chefe de estado, bandeira, hino, uma capital. No dia 16 de fevereiro 1932, reuniram-se os líderes das províncias da Manchukuo na cidade de Mukden para elaborarem um manifesto de independência, e no dia 1 de março era proclamada a instauração de um novo governo na Manchúria com uma “Declaração de Estado da Manchukuo”. Zheng Xiaoxu escreveu-a e procurou nela aclarar a legitimidade desta proclamação. Primeiramente, as regiões da Manchúria e da Mongólia, após a implementação da República, tinham mergulhado no caos e na desordem, levando a pobreza, a miséria e a falta de valores à população. Assim, os Senhores de Guerra que governavam estas regiões tinham de ser depostos. O GMD pretendia instalar uma governação de partido único e como possuía visões autoritárias não teria relações com o novo país. Além disso tinha permitido, graças à sua política, o surgimento de “bandidos comunistas”. “...Nós, aqui declaramos o estabelecimento da Manchukuo, a sua separação da China, de acordo com a vontade de 30 milhões de pessoas...”. Mais ainda se esclarecia que neste novo território se implementaria uma igualdade racial entre chineses han, manchus, mongóis, japoneses e coreanos e quaisquer outras “nacionalidades” que possam existir. Por conseguinte, a Manchukuo pautará o seu próprio caminho, adotando os seus próprios ideais de construção do estado, “obedecendo ao divino”, levando a paz ao povo e governando de acordo com a sua vontade. Para isso seria necessário a supressão dos “bandidos” que proliferam no território do estado. Finalmente, o estado praticaria o princípio do *wangdao*<sup>12</sup>王道 como forma de preservar a glória no Leste Asiático, e para tal os cidadãos deveriam acreditar que o Mandato do Céu que traria a paz para a vida do povo (顺天安民) (“滿洲國政府公報 1932,” 1990, pp. 1–2). Esta declaração foi proferida na residência de Zhang Jinghui 张景惠 (1871-1959), a figura principal do Comité Administrativo do Nordeste, e que seria poucas semanas depois o Ministro da Defesa da Manchukuo (Yamamuro, 2006, p. 46). Oito dias após este manifesto, Puyi faz também a sua declaração como Chefe de Estado (ainda não como imperador) apelando à benevolência, à moralidade e ao amor na nação recém-criada e pede a todos os manchurianos para que abracem a tarefa de unir as raças (DuBois, 2008, p. 293). Como dizia Althusser (1974), para que a classe dominante mantivesse os seus interesses, a sua administração e a extorsão de mais-valia, havia que organizar a sociedade através de um aparelho estatal, com o estabelecimento de organismos que legitimem a superestrutura – Estado e Ideologia (Althusser, 1974, pp. 31–32). A Lei Orgânica de 1932 promulgada pelo governo da Manchukuo previa a delineação da estrutura governativa, onde se procurava um equilíbrio entre o poder dos órgãos legislativos e executivos assim como uma Lei de Proteção dos Direitos Humanos. O novo estado frisava uma promessa na proteção das vidas dos 30 milhões de habitantes assim como o aumento da sua prosperidade. Contudo, como diz DuBois (2008), apesar de terem estabelecido este corpo estatal e tentando balançar os poderes, “... toda a estrutura do Estado baseava-se numa fundação de uma autoridade externa e espiritualista...”. Ou seja, mesmo partindo do princípio que a Manchukuo tenha sido criada pela vontade dos “30 milhões de manchurianos”, não havia uma forma de essa ‘vontade’ se expressar através de eleição representativa nesse novo governo. Aqui o processo eleitoral era substituído pelo “...laço espiritual entre o Estado e o povo, conhecido como *wangdao*...” (DuBois, 2008, pp. 292–293). Importa agora perceber as origens e os fundamentos deste princípio. Remonta-se este ideal de governação aos filósofos Confúcio e Mêncio onde o governador age

---

<sup>12</sup>Em inglês é amplamente traduzido como “KinglyWay”

de acordo com a vontade divina, que é transmitida através de elementos presentes na natureza como o *yin* 阴 e *yang* 阳. Desta forma, a vontade de Deus será espelhada na política benevolente do governador<sup>13</sup>, através da utilização de um código penal justo que protege a moralidade no seio do povo (Yang, 2013, p. 38). Esta forma governativa assenta no pressuposto que os líderes devem governar através da virtude, e não pelo uso da força. A paz e a forma de governo imparcial serão preservadas pelo soberano e cumpridas as vontades do povo esta sociedade chegar-se-ia ao último estágio ideal do *wangdao*: a “Grande Unidade” 大同, onde não existiriam diferenças sociais de classe, género ou nacionalidade (S.-J. Han, 2004, pp. 465–466). Contudo, este termo tradicional iria receber novas conotações elaboradas pela retórica Manchukuoana e usado até como forma de legitimar a conceção do novo estado. Isso é visível através da propaganda que o estado lançou pouco tempo após a implementação:

“... As grandes massas da Manchukuo, cansadas das ideias importadas do Republicanismo, Nacionalismo, ou dos “Três Princípios do Povo” do Dr. Sun Yat-sen, que provaram ser erros crassos na China, muito naturalmente mudaram as suas ambições para as suas ideias políticas tradicionais inerentes no Confucionismo. (...) o resultado foi a voz unânime das 30,000,000 pessoas, ‘Voltar para o Wangdao’...” (Culver, 2014, p. 143).

Como havia notado Bhabha (1990), a narrativa que concerne uma nação apoia-se, invariavelmente, na referência a um “povo”, que acaba por ser um enigma linguístico (Bhabha, 1990, p. 297). Que interesses homogêneos de 30 milhões de almas promoveram uma tal sublevação social que acabaram por ser demonstrados numa intervenção militar japonesa sob toda a Manchúria?

Segundo o propagandista japonês Kawakami, estas “ideias importadas” falharam, garantindo que o comunismo também falharia se fosse implementado na China pela simples razão que “...são [conceitos] estrangeiros à China e nunca vão ser compreendidos (...) a salvação reside no *wangdao*, que durante os quarenta e três séculos de história da China deu-lhe períodos de paz, prosperidade e esclarecimento...” (Kawakami, 1933, p. 109). DuBois (2008) indica que este modelo para a Manchukuo foi pensado por Zheng Xiaoxu<sup>14</sup>. Contudo, Yamamuro (2006), aclara que este conceito foi também idealizado e trabalhado por Tachibana Shiraki (1881-1945), um jornalista e um investigador que conhecia bem a China por dentro, tendo vivido vários anos entre a sociedade chinesa. Tachibana, ao contrário de muitos compatriotas políticos e militares seus, que viam a China como estagnante, atrasada, desordeira, incapaz de formar-se como nação, julgava errado as visões de superioridade racial japonesa ou que eram mais “avançados” do que os chineses. Apenas achava que a China não tinha uma organização política pronta para lidar com o confronto armado. O *wangdao*, segundo a sua visão, enaltecia as seguintes prioridades:

---

<sup>13</sup>Através das lentes de Althusser (1974), uma espécie de ideologia baseada na ilusão, ou seja mecanicista, baseado no conceito de que Deus está representado num monarca. (Althusser, 1974, p. 79)

<sup>14</sup>Ver (DuBois, 2008, p. 293)

uma descentralização do poder<sup>15</sup>; a proteção da vida das populações; a riqueza desenvolvida e mantida em mãos de particulares; trabalho a favor da sociedade. A colocação em prática destas etapas levaria à fase da “Era da Grandiosa Harmonia”. Apesar de ter visto todas estas intenções descartadas na prática pelos oficiais do Kwantung<sup>16</sup>, os seus conhecimentos sobre a antiguidade chinesa, levaram Tachibana a delinear princípios teóricos para organizações que ajudariam o novo estado a implementar os seus modelos visionários, e foi por isso chamado a conceber os “Fundamentos Essenciais de Auto-Governo Popular Aplicado à Sociedade na Manchúria”. Estes fundamentos não seriam leis escritas, mas sim “modos de vida” e um conjunto de práticas “económicas e culturais” corretas que a população deveria praticar no seu dia-a-dia (Yamamuro, 2006, pp. 74–78). Contudo, como bem observou DuBois (2008), esta ambiguidade legislativa levava a várias interpretações e uma flexibilidade daquilo que poderia ser interpretado como um “modo de vida” adequado ou correto. O procedimento e a implementação destas utopias careciam de um sistema rígido que regulasse comportamentos, prevenisse abusos de autoridade, assim como uma referência às actuações negativas e posterior punição. Era visível que o estado da Manchukuo pretendia propagandar que todos os seus habitantes tinham um consenso geral sobre quais eram os seus valores, ou melhor dos seus não-valores (anti-comunismo, anti-republicanismo, anti-nacionalismo, anti-banditismo), que não proliferavam visões dissidentes nessa ideologia pela negativa, e que todos se encontravam espiritualmente unidos com o estado, aceitando cegamente qualquer veredicto que viesse do governo. É exatamente esse princípio do *wangdao* que se reflete nesta premissa, a de que o governador benevolente age através de veículos divinos, providenciando o melhor sistema de organização social para o seu povo que simplesmente assente perante o que lhe é proposto. Esta “cultura consensual”, como lhe chama DuBois, “...que reivindica que ‘o povo’ concorda com o governo e com as instituições é comum aos estados totalitários...” (DuBois, 2008, pp. 293–294). A lei é, portanto, desnecessária visto que toda a autoridade reside no imperador. Naito Konan (1866-1934), japonês estudioso da China, também levantava questões sobre a praticabilidade deste conceito do *wangdao* como um ideal para a fundação do estado: “...desde a antiguidade, foi nada mais do que um preceito moral transportando um ideal. (...) Mas muitas vezes na história vemos como os resultados dos ideais são produzidos baseados nos caprichos de quem os implementa...” (Yamamuro, 2006, p. 92). Claro está que quem estivesse contra o *wangdao*, e por inerência o governador da Manchukuo, seria rotulado de “bandido” e, no futuro, esta seria a justificação vaga pela qual a força militar ou policial iria ser utilizada para pacificar o estado. De qualquer forma, esta nova retórica governativa do *wangdao* reiterava que a implementação da Manchukuo surgiu exatamente graças à “vontade divina”, uma vez que a liderança dos antigos Senhores de Guerra da Manchúria e do GMD iam contra o Mandato do Céu já que geraram exploração, violência e criminalidade, e por essa razão, foram suprimidos para dar lugar a outra forma de governo mais passível de receber a benção teológica (A. R. Hall, 2003, p. 104). Um dos outros argumentos esgrimidos por um dos oficiais japoneses para legitimar o estabelecimento do novo estado foi o de que a

---

<sup>15</sup> Ver o seu plano para a Assembleia Nacional onde havia uma representação pluralista dos interesses das várias comunidades: Han (7), Manchu (3), Coreanos (2), Muçulmanos (2), Mongóis (2), Japoneses (7) e Russos (1) (Duara, 2006a).

<sup>16</sup> O que Tachibana assistiu foi a uma centralização do poder e a uma desconsideração das suas conceções de autonomia para o povo (Yamamuro, 2006, p. 80).

## As Políticas Públicas para a Educação no Estado recém-estabelecido da Manchukuo

Departamento de Línguas e Culturas – Universidade de Aveiro, Portugal

---

Manchúria era uma região independente da China. Ishiwara, tentou justificar este ponto de vista baseado em pressupostos étnicos/raciais e até económicos. Como Duara (2006) apontou no seu estudo, a etnologia e a etnografia, iriam ser utilizadas no Japão para forjar provas, com teor académico, a favor dos interesses do estado, e dependendo dos momentos vividos pelo país, estas áreas adaptar-se-iam ao discurso político(Duara, 2006a).

“... A Manchúria não pertence aos Chineses Han. A relação entre a Manchúria e o Japão é densa, e aqueles que falam em autodeterminação racial têm de entender que a Manchúria pertence aos Manchus e aos Mongóis, e que Manchus/Mongóis são mais próximos à raça Japonesa[do que a Chinesa ] ...”.(Tamanoi, 2000, pp. 253–254).

Repare-se que neste sentido, os Manchus e os Mongóis são dados como nativos, mas mais do que isso, as etnias manchu e mongol se apresentavam biologicamente mais próximas à japonesa do que à chinesa. Embora muitos não compartilhassem da lógica<sup>17</sup>, esta chegou a seduzir apoiantes suficientes que estavam a viver na Manchúria (a ameaça política que representava o governo de Xueliang e o Movimento de Recuperação de Direitos para as mãos do povo chinês colocava os privilégios e interesses japoneses em risco. Uma tese que defendesse a paridade de direitos das etnias na Manchúria colocava, no mínimo dos termos, japoneses e chineses em pé de igualdade e de tratamento), e iria até mesmo ser utilizada como argumento na Liga das Nações. Matsuoka Yosuke (1880-1946), representante japonês na Liga, afirmava que a Manchúria não foi uma parte integrante da China, mas sim uma situação “temporária e acidental” onde a família real Manchu e o seu povo conquistaram o resto do território chinês e implementado a dinastia Qing. Portanto, “...o império [Qing] tinha sido um produto de uma união pessoal e não poderia ser considerado uma questão de direitos da China sob a Manchúria...” (Duara, 2004, p. 53). Face ao argumento de que os Han representavam 96% da população da região era derivado à sua migração recente para a região, devido a fatores como sobrevivência e fuga à guerra no sul da China (A. R. Hall, 2003, p. 70). Mais, significava que o fluxo de migração de chineses Han se devia ao seu desejo de estarem sob a alçada de um governo de estilo nipónico ordeiro e com boas práticas legais(Young, 1999, p. 15). Esta visão foi amplamente difundida na propaganda da Manchukuo, como comprova o estudo de Annika Culver (2013), em que a desgovernada e incontrolável China é responsável pela produção de milhares de *coolies*<sup>18</sup>, que vieram para a Manchúria em busca de estabilidade, sustento e teto para viver. O novo estado foi o refúgio acolhedor que providenciava condições favoráveis e únicas que em outra parte do continente seriam impensáveis (Culver, 2014, pp. 114–115). Matsuoka ainda explanava que apesar de os chineses Han estarem na Manchúria, isso não implica que a Manchúria seja chinesa Han,

---

<sup>17</sup>Mesmo antes do estabelecimento da Manchukuo, estudos de japoneses sobre a história imperial Qing e da região da Manchúria – como o de Ueda Kyosuke em Manchúria: From the Qing Period to the Present (1928) – estabeleciam a identidade “Manchu” como mista, podendo conter Han ou Mongol e chegavam a ter a designação de nativos. Mas era da opinião do autor que os Manchus como etnia não existiam. “...Os Manchus são todas as pessoas a viver sob governo imperial do Japão...”(Tamanoi, 2000)

<sup>18</sup>Termo empregue para a força laboral não qualificada e precária. Em chinês é traduzida como 苦力 (kuli), significando um carácter “força (laboral)” , “trabalho” e o outro carácter “amargo” ou “árduo”.

uma vez que a quantidade populacional não comporta a noção de nacionalidade. Se ao mesmo tempo defendia que “...os chineses não têm uma noção forte de nacionalidade...”<sup>19</sup>, também tinha de procurar mostrar que os chineses, juntamente com as outras etnias que viviam na Manchúria, tinham uma noção de identidade regional: a manchuriana. Para contornar essa nuance, teceu um argumento baseado no movimento “Proteger Fronteiras, Pacificar o Povo”(保境安民)<sup>20</sup> que, segundo ele, mesmo durante os governos da família Zhang, eram tentativas de independência da região (Duara, 2004, p. 53). Yu Chonghan, era uma das caras principais desse movimento, e apesar de ter passado pelo governo de Zuolin, era um convicto anti-militarista que acreditava que a Manchúria devia dissolver a estrutura militar e confiar essa defesa ao Japão, assim como era um separatista, defendendo o corte de relações com Xueliang e com Nanquim, formando um estado independente governado pelo *wangdao*(Yamamuro, 2006, pp. 56–57). Este pressuposto da raça iria ser ainda mais aprofundado pelos criadores do estado da Manchukuo, nomeadamente no ideal de identidade nacional expresso na “Harmonia Étnica” (民族协和) que se tratará no próximo capítulo. A justificação da intervenção armada perante militares chineses que decidiram não resistir (salvo raras exceções<sup>21</sup>), sofreu várias alterações como Young (1999) comprovou. Inicialmente, os japoneses tentaram convencer a opinião pública de que os militares chineses após o Incidente tinham atacado as tropas japonesas e que o Kwantung apenas tinha agido em legítima defesa face a esse ataque, desencadeando posteriormente uma mobilização de operações para pacificar a zona. Mais tarde, essa retórica mudou, baseando-se simplesmente neste facto: “...todos os bandidos são soldados e por isso todos os soldados são bandidos...”, culpabilizando Xueliang pela desordem, atentados à paz, fomentação de banditismo e recrutamento mercenário. Chegava-se à conclusão generalizada que qualquer prática criminosa na Manchúria, independentemente da sua natureza, estaria implicitamente anexada a um só homem: o Jovem Marechal. Adicionalmente, propunha-se que qualquer ato de violência armada contra o exército do novo estado (que curiosamente, em concordância com os princípios do

---

<sup>19</sup> Entre estudos dos académicos japoneses influenciados pelas teorias germânicas de nacionalismo étnico, havia a ideia de que o Japão cresceu graças à sua homogeneidade étnica, e davam como resposta à crise governativa da China a sua aparente heterogeneidade étnica. Portanto o Japão devia entrar e dividir a China em estados mais viáveis e pequenos(A. R. Hall, 2003, p. 66).

<sup>20</sup> Movimento fundado por Wang Yongjiang 王永江(1872-1927), um dos oficiais de Zuolin, que se opunha às incursões militares deste Senhor de Guerra. Wang pretendia através deste movimento dar prioridade ao desenvolvimento da Manchúria economicamente e socialmente em vez da área militar, como era tendência. Como indicado por Egler (1977), este movimento teve a partir de finais de 1925, conotações anti-Zuolin, pois as sucessivas derrotas do Senhor da Manchúria nas outras partes da China, levavam a elite civil a criticar esse movimento e a idealizar uma Manchúria industrializada, progressista, moderna, onde os exércitos deviam somente ser usados para proteger a região. As motivações para o movimento eram baseadas no “...orgulho local, insularidade local, medo da instabilidade de difunda, opondo-se ao envolvimento fronteiriço de Zhang Zuolin e um certa vaga utopia de uma vida melhor separada da China...”(Egler, 1977, pp. 27–29)

<sup>21</sup>Como o General Ma Zhanshan 马占山 (1885-1950) em Harbin (哈尔滨).

*wangdao*, se promovia como anti-militarista e como sendo seu objetivo eliminar o exército<sup>22</sup>) seria considerado uma forma de banditismo, logo, um mal a “suprimir” (Young, 1999, pp. 142–143).

### Breve introdução ao conceito de Políticas Públicas

A política, como atividade desenvolvida por determinado governo, afeta os valores da sociedade em que se insere. Contudo, para fazer vingar e reger certa política sob certa população, percebeu-se a necessidade de criação de burocracia<sup>23</sup>, definição dada por De Gournay em 1745, e que se tornou amplamente difundida nas sociedades dos anos 1900's, e que como ressaltou Sarmiento (2005), este sistema não só era comum nos países “ocidentais” como também o era na China. Max Weber, entendia a política como uma componente social onde está assente o conceito de domínio dos homens pelos homens, e onde é necessário um formalismo legal que garanta a obediência dos indivíduos que compõem a sociedade. Desta forma, o domínio não é exercido por um determinado indivíduo, mas sim pelo aparelho burocrático do Estado e pelos seus intérpretes. O grau de eficiência deste sistema, era naquela altura, o que produzia melhores resultados no controlo da ordem social (Sarmiento, 2005, pp. 16–17). É também através deste no qual se produz linhas de orientação para o domínio público. O conceito de política públicas não é algo fácil de definir, estando em constante mutação como se pode analisar no estudo de Cristina Sarmiento (2005). Pasquino (2010) apontou que o termo não é suscetível de uma só interpretação, havendo uma vasta proliferação de teorias que intersectam várias áreas académicas. O autor ainda diz que “... nenhuma lei constitui, por si só, uma política pública, ainda que nela se possam encontrar elementos de política pública. Feita a delimitação negativa do conceito, tudo se torna mais complicado quando pretendemos passar a sua definição positiva...” (Pasquino, 2010, p. 290). Isto porque delimitar o campo da política pública a uma ferramenta estratégica aplicada pelo governo, peca por ser reducionista, uma vez que existem outros atores do meio social (p. ex. associações, fundações) que também intervêm mesmo que indiretamente no domínio público e na resolução de problemas coletivos. Contudo, muitos autores entram em concórdia no seguinte pressuposto: “...as políticas são consideradas públicas quando produzidas/criadas pelo Governo ou outra autoridade governativa, uma vez que incidem num determinado espaço público e para isso utilizam verbas públicas...” (Campos, 2014, p. 76) Desta forma, procura-se no seguinte capítulo entender as políticas públicas para a educação que foram promulgadas na Manchukuo, aclarar o modo com foram implantadas, mas mais importante ainda, clarificar o motivo pelo qual foram estruturadas e de que maneira as suas repercussões influenciaram os cidadãos do dito estado.

---

<sup>22</sup>Zheng Xiaoxu previa a extinção das forças armadas na Manchukuo como sendo um dos passos fundamentais do *wangdao*, já que a colocação da população ao serviço de propósitos militares do estado seria um egoísmo fazendo-se usar da violência para desencadear riqueza (Li, 2012, p. 67).

<sup>23</sup>Na conceção deste vocábulo, De Gournay incluiu a palavra francesa “Bureau” (escritório, mesa de escrever) e a grega “cracia” (governar), “...uma conotação relacionada com o poder, ou governo, dos funcionários...” (Sarmiento, 2005, p. 16)

### **As primeiras Políticas Públicas da Manchukuo para a área da educação**

Na Manchukuo, o estado fez uma seleção cuidadosa dos conceitos a difundir para as suas instituições e, posteriormente, para a própria população. Queria-se para os cidadãos e para a juventude do país a criação de identidade nacional que anteriormente e, aparentemente, lhes tinha sido vedada pelos regimes chineses anteriores. O legado histórico da educação na Manchúria foi flutuante dependendo do governo que liderava a região. No período pré-republicano a adesão dos cidadãos ao ensino era muito pouco expressiva. Contudo, no período Xueliang, houveram grandes esforços para que as assimetrias da iliteracia se esbatessem, e os resultados foram positivos, deixando a Manchúria como uma taxa de frequência escolar superior ao do resto das outras províncias chinesas. O ‘Jovem Marechal’ aceitou a difusão de material escolar de índole nacionalista, providenciado pelo GMD, onde se criticavam abertamente os conchavos cravados pelas potências estrangeiras e os interesses especiais dos mesmos na China e na Manchúria (japoneses inclusive). Desta forma, os produtos (crianças, jovens, letrados) deste tipo de educação nacionalista, anti-imperialista e até anti-japonesa, foram confrontados com um cenário totalmente reversivo e paradoxal daquilo que tinham adquirido até à data (A. R. Hall, 2003, pp. 15–18). O governo percebeu a necessidade de remover este conjunto de ‘ideias perigosas’ que minavam o estabelecimento e difusão de uma identidade nacional para a Manchukuo. Era absolutamente essencial acolher o aval da população em geral, mas o alvo principal estava sobretudo na juventude, nos sujeitos futuros da nova nação (Young, 1999, pp. 131–132). Tal como analisado por Benedict Anderson, no caso da Indochina Francesa e que se reflete na Manchukuo, havia a necessidade perentória de conceber uma elite indígena, confiável politicamente, que fosse agradecida, e que se pudesse inserir e colaborar nos aparelhos do Estado (Anderson, 1985, p. 126). Recaía no ramo da educação, enquadrar os indivíduos no novo aparato, procurar a unificação entre os mesmos e a autoridade estatal através da ‘racionalização’. Era necessário que este instrumento, assim como a lei, promovesse uma ‘...reforma de pensamento, costumes e espírito...’ (DuBois, 2008, p. 288). Esta vertente espiritual também foi enfatizada por Louis Althusser, quando explicava um conceito importante onde o estado veicula os seus ideais e as suas pretensões para as instituições, ou seja, a sua ideologia, que na visão althusseriana, é “...o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social...”. (Althusser, 1974, p. 69) Ao contrário de alguns agentes ideológicos ao serviço do aparelho repressivo que utilizam a força para impor limites na ordem pública, a educação assenta a veiculação da ideologia do Estado em formato “dissimulado, atenuado e simbólico”. A educação representou (e representa) a ‘arena’ onde as classes oprimidas e exploradas gladiavam as suas oposições, discriminações, contraposições para com os meios governativos, e sendo assim, um importante espaço de resistência (ibidem, p.47-50). Como foi enfatizado no livro *Nation and Narration* por Homi Bhabha, era necessário a um estado (recente como o da Manchukuo) procurar reiterar a sua história (mesmo que fictícia) para que ela se torne autenticada por si mesma. Que manobras estratégicas e de negociação seriam implementadas na produção de um discurso pedagógico para com a própria nação? Como buscar a união simbólica da população para com a entidade física recém-concebida “Manchukuo”? Como criar uma identidade de um novo país que não

possuía passado nem possuía um mito manchuriano, condições essenciais segundo Balibar<sup>24</sup> para aglomerar a população à noção e à pertença com a nação? Face à situação controversa em que se estabeleceu este novo estado da Manchukuo, várias políticas tiveram de ser postas em prática de forma a proteger o aparato estatal, a ligação da ideologia ao ensino e a criação do modelo de bom cidadão.

### *Alteração da imagem do Japão: O sacrifício do salvador japonês na Manchúria*

Factos teriam de ser expostos para justificar uma guerra que começou e teriam de ser cuidadosamente manobrado a favor do movimento iniciado pelo Exército do Kwantung. Nos manuais de história difundidos pelo estado, o governo de Xueliang foi visado pelas suas maneiras atroz de governação que incutiram aflições de vária ordem à população, obrigando-os a pagar impostos abusivos para propósitos militares que levaram a uma crise económica, e a incitação e adesão da população a movimentos anti-estrangeiros. Insistia-se que o favor divino tinha desgraçado o governo de Xueliang, os bandidos tinham-se dispersado por toda a parte e que os 30 milhões de manchurianos foram aliviados pelos grandes acontecimentos de 18 Setembro (A. R. Hall, 2003, p. 63). Os manchurianos viram-se, finalmente, livres da sua condição de escravos de uma família e este movimento de independência da Manchúria foi espontâneo e consensual aos seus habitantes (Narangoa, 2001, p. 114). Outro argumento tecido nos manuais foi o espírito de sacrifício protagonizado pelo Japão para resgatar a Manchúria (e o Oriente) das pretensões imperialistas ocidentais, nomeadamente da Rússia na Guerra Sino-Japonesa, mas também nas fraquezas que a dinastia Qing demonstrava em combater os seus próprios problemas internos como a Revolução dos Boxers. Os nipónicos tinham tido um papel preponderante, pois não só eram os anti-corpos contra ameaças externas como internas, e para além dessa função, ainda fomentavam o desenvolvimento regional. Parte desse legado era expresso numa parte do texto desses manuais:

“... eles [japoneses] aumentaram o nível cultural da região, estabeleceram escolas e jornais, escreveram livros, encorajavam estudantes a estudar no estrangeiro. Eles aumentaram o número de linhas férreas, melhorando os transportes. Na totalidade, eles abençoaram a nossa população. Os japoneses nunca falharam em fazer o seu melhor para providenciar assistência e apoio...” (A. R. Hall, 2003, p. 72).

Esta tese do “resgate” da Manchúria também foi enfatizada por Young (1999), onde aponta que o Japão via a China, como país semicolonial à mercê de Ocidentais, e que não conseguiria mais manter-se como “pai” da família de países confucionistas e era um dever do Japão de a retirar dessa condição. (Young, 1999, p. 23). Mais ainda, uma vez que o país tinha perdido tantas vidas japonesas nos conflitos armados a “defender a região”, aquela terra era um lugar sagrado onde o sangue dos antepassados tinha sido derramado, sendo portanto justo que ela seja uma herança de quem lutou por ela. Era um dever moral fazê-lo (Culver, 2014, p. 26). Para além destas razões, este texto do manual escolar também contém uma dimensão adicional face às características do salvador japonês. Esta relação descrita do aporte de desenvolvimento para o terreno, a salvação de uma Ásia enfraquecida, era mais uma das justificações

---

<sup>24</sup> Ver Etienne Balibar “The Nation Form: History and Ideology” p.86

legítimas que o governo do Japão defendia e aquilo a que Yamamuro chama de *la mission civilisatrice* (Yamamuro, 2006, p. 180). Mais uma das facetas do pan-asianismo, justificando a intervenção japonesa no continente. Algo apenas possível graças “às capacidades superiores” inerentes e transversais ao japonês de inventar um modelo de governo adequado e justo, aliado a um bom desenvolvimento económico e capaz de atrair a paz para o meio em que atua (Eri, 2007, p. 7).

### *Ideologia expressa através de modelos chineses: Wangdao /Confucionismo / Harmonia Étnica* *Wangdao*

Estádios utópicos, formas de organização social, filosofias como modos de vida, concebidos e imaginados por figuras reverenciadas na China desde os tempos mais remotos (como Confúcio) até à época em questão (Sun Yat-sen), foram manobrados e difundidos na praça pública em forma de propaganda e através das várias instituições ligadas ao estado que tinham contacto direto com a população. Pretendia-se mostrar qual era a verdadeira essência da “identidade manchuriana”. Zheng Xiaoxu, Primeiro Ministro e também Ministro da Educação da Manchukuo, foi um dos políticos que mais se preocupou em difundir a visão utópica *wangdao*, chegando esta inevitavelmente aos livros e à retórica ensinada nas escolas.

“... O nosso país foi fundado com o grande princípio do *wangdao*... Uma vez que a moral e a benevolência são fundações do *wangdao*, a capacidade de viver em paz e trabalhar com satisfação é o resultado. Por isso, o nosso país verdadeiramente busca aliviar punições, aliviar cargas fiscais, encorajar a agricultura e sericultura, promover os negócios, a filantropia, a benevolência e cooperar com todas as nações...” (A. R. Hall, 2003, p. 108).

Segundo Hall (2003), este excerto vai tocar exatamente na crítica ao governo dos Senhores de Guerra e do GMD já abordado anteriormente, participando ativamente num projeto que desse uma vida diferente ao povo do novo estado. Este conceito do *wangdao*, como forma de governo imparcial e justa, traria uma promessa de “vivência pacífica e de trabalho com satisfação” (安民乐业), algo que o povo da Manchúria, saturado de guerras e dos planos imperialistas de governadores déspotas, ansiavam há muito (ibidem, p.107). Como também notou Han (2004), a paz e a virtude eram palavras com grande peso e utilizadas constantemente pelo governo para demonstrar aos seus cidadãos que na Manchukuo era possível diferenciar, claramente, a forma de organização de uma sociedade virtuosa do “Oriente” em comparação com a sociedade militarizada e sujeitada à força do “Ocidente”(S.-J. Han, 2004, p. 465). Para além disso, e com o objetivo de promover o espírito do *wangdao* nas instituições de ensino, estabeleceu-se a prática quotidiana de reverência para com o imperador e os símbolos do estado, assim como a realização de competições entre os estudantes em busca das melhores produções intelectuais para o espírito de fundação da nação. Todos os dias os alunos, perante o retrato de Puyi e de Hirohito (imperador japonês) pendurado nas paredes das salas, deveriam fazer uma vénia em direção aos palácios onde estavam os representantes do divino. Várias atividades de declamação, escrita de poemas e canções tanto ao novo país como ao imperador eram patrocinadas pelo Ministério, e os professores encorajavam os alunos à participação nesses eventos carregados de simbolismo e formalismo, como o içar da bandeira e as três vénias à mesma assim como ao imperador(S. Han, 2005, p. 9). Revelava-se a clara intenção de produzir nos novos cidadãos do país uma noção hierárquica da sociedade em que se

inseriam assim como as suas obrigações de lealdade e de respeito para com as figuras superiores.

### *Confucionismo*

Tal como o *wangdao* foi um ideal confuciano reutilizado pelo Ministério da Manchukuo, o próprio confucionismo também haveria de ser ressuscitado e levado para dentro das salas de aula. Para este estado recém-criado era importantíssima a criação de valores de subordinação. Como não era, de todo, vontade do governo dotar a sua população de capacidades intelectuais analíticas e críticas para um sistema democrático e o individualismo desencorajado, havia que exaltar um conjunto de valores morais que reproduzissem cidadãos obedientes, leais, como Li Narangoa lhe chama “o modelo do bom cidadão”. O confucionismo englobava estes pontos descritos e foi naturalmente acolhido. Primeiro, pela sua universalidade e fácil aceitação. Julgava-se que a ética confuciana era partilhada tanto pelos japoneses como pelos chineses e os outros povos da Ásia. Segundo, pela sua conveniência teórica. Os ensinamentos confucianos descrevem uma hierarquia onde os demais subordinados necessitam de levar a cabo determinados deveres de acordo com a vontade divina (*wangdao*). Terceiro, pela facilidade de replicação de comportamentos. Como diz Li Narangoa, “...para apresentar novas ideias ou comportamentos para uma população com pouca experiência em educação, a abordagem confucionista parecia mais suscetível de ter um efeito imediato...” (Narangoa, 2001, pp. 115–116). Narangoa destacou três, contudo, eleva-se ainda um quarto motivo, e que é crucial nas ambições estatais. O Confucionismo, como religião e filosofia, era um excelente antídoto de combate ao ateísmo enfatizado pela ideologia adversa à Manchukuo: o comunismo (S. Han, 2005, p. 7). Imediatamente, proliferaram a construção de templos confucionistas pela Manchúria, e também de outras religiões<sup>25</sup>. Assim, Zheng Xiaoxu, recebendo o aval dos oficiais do Kwantung, promulgou um decreto em março de 1932 que colocava de novo os clássicos confucionistas nas mesas dos alunos. A Ética de Confúcio passou a ser disciplina obrigatória para pupilos como também para docentes e oficiais do estado. Fomentar a lealdade ao imperador, ao país, ao professor, aos mais velhos e à família, foram valores incutidos nas disciplinas de moral confuciana que acompanhavam o desenvolvimento intelectual do estudante desde o primeiro ano até ao décimo ano de escolaridade (Narangoa, 2001, pp. 115–116). Heróis da China, como Yuefei 岳飛 (1103-1142), também seriam alvos de culto e admiração pela sua lealdade ao estado e ensinados nas escolas como modelos a seguir (S. Han, 2005, p. 3; Narangoa, 2001, p. 116). O governo da Manchukuo não só pretendia que o confucionismo fosse matéria obrigatória na entrada de estudantes em escolas e universidades como também organizavam cerimónias grandiosas nos centros urbanos, onde além da classe estudantil se incluía o político mais influente e o mais comum dos cidadãos. Todos eram convidados, ou melhor, mobilizados para celebrações onde se galardoavam as pessoas que melhor empregassem as virtudes confucianas no dia-a-dia (S. Han, 2005, p. 466). Enquanto que numa China republicana se atacavam estas figuras históricas e estas filosofias/religiões veneradas e seguidas durante séculos, a Manchukuo aparecia como o último bastião de resistência dos valores tradicionais da Antiga China. Havia, igualmente, uma clara

---

<sup>25</sup> O governo da Manchukuo realizou esforços para se tornar num país de alta aceitação de todas as formas de culto. Para ver as religiões que o governo promoveu ver (S.-J. Han, 2004, p. 468).

intenção de executar movimentos sociais que demonstrassem zelo religioso e que através deles se incutisse a fomentação de valores de lealdade e de piedade filial(S.-J. Han, 2004, p. 467).

### *Harmonia Étnica*

A “Harmonia Étnica” foi outro slogan chinês incorporado na Manchukuo que, curiosamente, provinha de um ideal social pensado pelo criador e fomentador do nacionalismo chinês, Sun Yat-sen. Enquanto que Sun previa a “Harmonia das Cinco Etnias” (五族共和) para a China onde incluía chineses han, manchus, mongóis, hui e tibetanos, a “Harmonia Étnica” para a Manchukuo teria adaptações ligeiras face à sua realidade regional étnica: japoneses, chineses han, mongóis, manchus e coreanos. Duara (2006), chega a dizer que esta “Harmonia Étnica” é a expressão do modelo soviético da “união das nacionalidades”, tendo os japoneses, emuladores do conceito, estudado a política soviética que visava a proteção das minorias, de forma a fortalecer o estado e o poder militar, tendo como objetivo final o federalismo(Duara, 2006b, p. 11). O estado da Manchukuo fez um esforço para provar que era no seu território onde residia a verdadeira essência da “moral asiática” e da implementação destes valores nobres. Para isso usou eventos históricos para comprovar e sedimentar esse mesmo argumento, criticando o GMD de Chiang Kai-shek pela sua não-aplicação (ou melhor, traição) desse conceito na China republicana<sup>26</sup>(A. R. Hall, 2003, pp. 80–81). Perante uma população maioritária chinesa e o perigo do nacionalismo crescente pairando nos dias que se sucederam a implementação do estado, a teoria da “Harmonia das 5 etnias” servia os propósitos dos oficiais do governo. Através de uma correta manipulação esta poderia corrigir alguns factos que eram passíveis de crítica nacional e internacional, e impunha uma nova versão dos acontecimentos ao serviço dos interesses de Xinjing 新京 e da presença japonesa, assim como daria respostas a muitos conflitos étnicos que eram recorrentes. Aliás, incluir-se-ia na retórica pan-asiática japonesa, o grande mote para a defesa da Ásia. Primeiro, esta “Harmonia Étnica” da Manchukuo, reconhecia Manchus e Mongóis como as etnias “nativas” da Manchúria, desvinculando a maioria Han desse estatuto. A Manchúria não pertencia aos Han, portanto não era chinesa. Isto servia aquele princípio anteriormente falado, de que os chineses apenas tinham sido migrantes ocasionais e não tinham direitos sob a terra(Narangoa, 2001, p. 114). Foi nessa linha que se justificava a ascensão de Puyi ao trono, anunciando o retorno da dinastia nativa. Segundo, promovia-se a igualdade de todos os grupos étnicos residentes na Manchukuo, o que servia para retirar a ameaça ao estatuto japonês na Manchúria (que estava a ser contestado por Xueliang e pelo nacionalismo crescente) e ampliar os direitos económicos e civis dos mesmos face às outras etnias (antes, os japoneses detinham a maior parte dos seus direitos e propriedades ao longo da SMR). Para além disso, queria mostrar-se que não haveria um domínio cultural de nenhuma etnia sob a outra, e que haveria uma quota equivalente de cooperação e responsabilidades de todos os cidadãos na construção do novo estado (Egler, 1977, pp. 92–93). Esta relação especial das minorias pressupunha uma rejeição dos ideais do colonialismo ocidental de exploração e a relação dual de colonizado e colonizador, assim como a recusa da tentativa de homogeneização da raça/cultura

---

<sup>26</sup>Kai-shek promulgou a decisão, em junho de 1928, de mudar a bandeira republicana, onde constavam as cinco cores que representavam as cinco etnias que Sun enaltecia, para uma bandeira de sol branco e fundo azul.

## As Políticas Públicas para a Educação no Estado recém-estabelecido da Manchukuo

Departamento de Línguas e Culturas – Universidade de Aveiro, Portugal

---

superior, garantindo às diferentes nacionalidades respeito pelos seus direitos e práticas culturais diversas e a segurança de que iriam ser iguais aos olhos do estado (Duara, 2006b, p. 11). Não foi por casualidade que Zheng Xiaoxu distribuiu uma circular a todos os professores da Manchukuo reforçando a união e o tratamento igual a ser dirigido a todos os participantes do ensino, aludindo a mais um estado utópico da China Antiga deixado por um filósofo da dinastia Song, Zhang Zai 张载 (1020-1077):

“... Todos os que vivem hoje na Manchúria serão chamados de ‘Manchukuoanos’ – os Han, os Manchus, os Mongóis e todos os outros. Todos são iguais; não há diferença entre eles. (...) Nós todos cooperamos em união, agindo em diferentes corpos mas uma só mente. Através da coexistência e da cooperação um novo estado saudável vai-se desenvolver. Estas ideias são baseadas no filósofo Zhang Zai presentes no “Céu e Terra” onde ele escreveu, ‘as diferenças fazem-nos melhores’...” (A. R. Hall, 2003, pp. 77–78).

A Associação Concórdia, o único partido político da Manchukuo, pretendia através da implementação desta política para a educação, que as diferenças culturais incorporadas pelas mais variadas etnias se dissolvessem, produzindo um paraíso terreno com uma sociedade ideal. Isso aconteceria quando “... a nação inteira for um só espírito, e quando a língua indígena da Manchukuo<sup>27</sup> nascer através do desaparecimento de todas as outras distinções [entre as raças do país]...” (Culver, 2014, p. 144). Esta transcendência étnica e identificação com os valores do estado, eram para serem igualmente incorporados futuramente no Japão e esperava-se, a longo prazo, na Grande Ásia (Narangoa, 2001, p. 118). Foi nesta perspectiva que a Manchukuo pretendia mostrar o quão diferentes e superiores eram os seus valores morais em comparação com os restantes países vizinhos (até do próprio Japão, mas especialmente da China de Kai-shek) e do mundo ocidental. Eram estes novos conceitos que não só tentavam reforçar o movimento de independência como pretendiam projetar a imagem do estado multi-étnico como “...exemplo para o futuro político do pan-asianismo...” (DuBois, 2008, p. 292).

### *Anti-nacionalismo, anti-comunismo e anti-ocidentalismo*

Os primeiros livros lançados pela Manchukuo procuravam transmitir a suposta união entre as etnias do país mostrando os pontos de concórdia e os aspetos culturais semelhantes, ao mesmo tempo que tentavam diabolizar as correntes ideológicas ameaçadoras como o comunismo e o nacionalismo. Demonstrava-se nos manuais que o país recém-criado era um sério cumpridor e defensor do anti-militarismo e da igualdade para com as etnias distintas ou os povos vizinhos, algo que no nacionalismo era impraticável. O nacionalismo produzia divisão entre aquilo que é nacional e o que é estrangeiro, e que isso reproduzia uma postura cautelosa do cidadão nacionalista para com o outro, e inevitavelmente, os conflitos aconteciam, puxando milhares para guerras interesseiras patrocinadas pelos governos, buscando mais poder no expansionismo. No fim, o resultado dessa política nacionalista era a desgraça do povo:

---

<sup>27</sup> Como diz a autora, não se consegue perceber se esta declaração deve ser vista de forma metafórica ou literal, já que em relação à língua, o governo da Manchukuo declarou o mandarim e a língua mongol como as línguas oficiais do estado, enquanto que o japonês era uma língua estrangeira ensinada à parte. Contudo, o que se assiste de 1937 em diante é a constante imposição da língua japonesa sob todas as outras.

## As Políticas Públicas para a Educação no Estado recém-estabelecido da Manchukuo

Departamento de Línguas e Culturas – Universidade de Aveiro, Portugal

---

“... As etnias da modernidade são estritamente nacionalistas, o que as torna pessoas egoístas, desconfiadas e invejosas. Os nacionalistas não realçam a harmonia étnica ou a moralidade da amizade para com o [povo] vizinho. Eles usam o nacionalismo como desculpa para recorrer às armas e tentar ganhar guerras. (...) elas produzem órfãos, viúvas, pais sem filhos, espalhando o horror e a dor. Nós rejeitamos o nacionalismo étnico e defendemos a harmonia étnica...” (A. R. Hall, 2003, p. 78).

Inevitavelmente, num país que se pretendia anti-nacionalista, os velhos livros estudados antigamente pelos manchurianos, que comportavam a ideologia de Sun Yat-sen e os seus Três Princípios do Povo (repletos de exemplares anti-estrangeiros, principalmente, anti-japoneses), seriam todos recolhidos e queimados, recordando mais um momento da China Antiga: a queima de livros (焚书坑儒) do primeiro imperador chinês, Qin Shihuang (秦始皇) (S.-J. Han, 2004, p. 468). Só nos primeiros cinco meses depois da fundação do estado, destruíram-se cerca de 60,000 exemplares, prenderam-se vendedores de livros e fecharam-se livrarias assim como negócios ligados à produção literária. O governo da Manchukuo agia à luz das “Leis de Publicação”, nas quais pretendia controlar a produção literária local, e todo o trabalho intelectual que pretendesse chegar ao olhar público, teria de ser registado oficialmente e sujeito à censura (Imber, 2014, p. 688). Em relação ao comunismo, foi impresso nos manuais como um plano caótico que iria produzir desordem na sociedade, onde a luta de classes iria prejudicar a estabilidade governativa, e o povo estaria em constante sobressalto. Mais do que isso, num país com estas convulsões internas não seria possível a aquisição de uma cooperação internacional saudável com os outros países vizinhos, como o Japão. Portanto, a única forma possível de alcançar estes resultados positivos para o estado era através da promoção da harmonia étnica. Zheng Xiaoxu, um anti-comunista irreductível e da opinião que o comunismo levaria à destruição do mundo, formularia e passaria as suas convicções para os livros de moral ensinados nas escolas:

“... Alguns países promovem o nacionalismo, e outros países promovem o comunismo, o que apela aos trabalhadores a entrarem num conflito de classes. Estas ideias diabólicas são fontes do caos. A única forma de resolver esta confusão é promovendo a harmonia étnica...” (A. R. Hall, 2003, pp. 78–79)

Para mostrar a união e o pensamento da juventude contra os ideais marxistas, os professores encorajavam e levavam os seus alunos para grandes estádios para gritarem palavras de ordem anti-comunistas. Como nos relata Han (2005), estas mobilizações abrangiam igualmente a restante população e sucediam-se constantemente, dia e noite (S. Han, 2005, p. 6). Uma espécie de interpretação althusseriana que interpreta a ideologia como tendo uma existência material. Se os sujeitos creem nela, têm de praticá-la, materializá-la, assim como um crente cristão que necessita de ir à missa (Althusser, 1974, pp. 83–87). No caso manchukuoano, se é cidadão deste país necessita de reproduzir essa crença ideológica nacional em manifestações desse carácter. O anti-ocidentalismo também foi marcante na educação da Manchukuo. Tal como o *wangdao* expressava essa diferença entre o modo de “governança asiático” e o “ocidental”, o estado era averso à influência produzida naquela parte do globo, e apesar de a tolerância étnica ser um dos valores principais do estado, de facto, os Ocidentais não se enquadravam

nessa esfera de condescendência. Aliás, a xenofobia literária e académica passou a estar bem demarcada e presente, através da proibição de importações de obras e publicações vindas de países ocidentais, ou até no estabelecimento de escolas de línguas estrangeiras. Os cidadãos russos, que habitavam na Manchúria e que tinham o seu maior aglomerado populacional em Harbin 哈尔滨, eram símbolos individuais que lembravam a ameaça do inimigo imperialista e foram vítimas dessas mobilizações de protesto anti-comunista, anti-ocidental, anti-Rússia (S.-J. Han, 2004, pp. 467–468). Essa discriminação assistiu-se também nas universidades da Manchukuo. No período pré-Manchukuo, algumas universidades da Manchúria, nomeadamente as do Norte com mais proximidade à União Soviética, e algumas delas com uma longa história no ensino da língua russa, possuíam uma direção conjunta entre presidentes e diretores chineses e soviéticos. Logicamente, os modelos de educação praticados na União Soviética eram trazidos para dentro destas universidades e aplicados no ensino das matérias. Com o estabelecimento da Manchukuo, mudanças foram postas em prática. Face à presença de métodos de ensino provenientes da ideologia a combater e de *staff* supostamente apologista dessa mesma visão ideológica, o Ministério da Educação da Manchukuo realizou uma purga de quaisquer resquícios da ‘fação comunista’. Escolas e universidades foram encerradas, departamentos de língua russa interditos, professores soviéticos expulsos, modelos de educação desconstruídos (Lu, 2001, pp. 63–64). Importa, por fim, realçar que na retaguarda da defesa e consolidação de todos estes ideais, estiveram os professores, formados pelas organizações do estado (como a Associação Concórdia e a Liga da Juventude Manchuriana<sup>28</sup>) para incutirem na população estas instruções especializadas atuando como autênticos agentes fiéis ao “Espírito de Fundação do Estado”, e os vários centros de formação construídos pelo Ministério da Educação para educar não só jovens, como também o cidadão comum<sup>29</sup>.

### Discussão e conclusão

O movimento militar de invasão japonesa da Manchúria não pode ser totalmente compreendido sem um entendimento do movimento pan-asiático em curso nas ilhas japonesas desde os anos 1900. Antes de remeter para este movimento, torna-se essencial aclarar noções de “Orientalismo” descritas por Edward Said (1990), onde o conhecimento produzido sobre os países e as culturas asiáticas de então foi integralmente afetado, muito por culpa da superioridade militar/bélica impostas por um povo invasor que colonizou, que se apropriou de conceções culturais, religiosas e políticas próprias para interpretar realidades e práticas que o transcendiam, produzindo esse conhecimento de forma unilateral, não permitindo que as vozes locais colonizadas adicionassem quaisquer doses de autenticidade à versão narrada. Nas palavras de Said “... a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia (...) O Oriente foi orientalizado não só porque descobriu que ele era “oriental” (...) mas também porque podia ser – isto é permitia ser – feito

---

<sup>28</sup> Ver (Yamamuro, 2006, p. 140)

<sup>29</sup> Como explica Li Narangoa, criou-se Centros de Treino para Jovens Rapazes que para além do exercício físico, recebiam formações ideológicas de anti-comunismo e anti-nacionalismo (Narangoa, 2001, p. 115). Suk-Jung Han também explicou os Centros Educacionais estabelecidos com especial foco no cidadão comum, mas também para estudantes, de forma a assistirem a aulas de “Espírito de Fundação do Estado” (S.-J. Han, 2004, pp. 472–473)

Oriental...”(Said, 1990, p. 17). O Ocidente falava pelo Oriente pelas suas instituições socioeconómicas e políticas, numa relação vis-à-vis de vantagem relativa. O Japão dos anos 1900 procurou visibilidade internacional, competindo até militarmente com uma potência do Ocidente, do qual saiu vitorioso (Guerra Russo-Japonesa), vendo posteriormente as suas pretensões expansionistas constantemente desconsideradas por outros atores ocidentais na diplomacia externa. Mesmo provando o seu valor militar junto do Ocidente, a nação oriental não obtinha reconhecimento. Com o continente asiático colonizado, e sendo o Japão praticamente o único país que tinha conseguido fugir às subjugações coloniais / semi-coloniais dos imperialistas, um sentido de missão de resgate surge nas organizações militares e políticas do Japão. O pan-asianismo, também ele um sub-produto deste “Orientalismo” que Said nos fala (e Eri Hotta, historiador e investigador japonês concorda com essa premissa (Eri, 2007, p. 25)) perceciona a Ásia como o elo mais fraco, desprotegida, dominada pelo Imperialismo Ocidental. Para que alguma vez chegue o Ocidente a reconhecer o Oriente em pé de igualdade, caberia ao Japão a responsabilidade de libertar e de a tornar mais forte (ibid. p.3). Também por isso, o Japão se assumiu como o portador e defensor dos princípios nobres asiáticos e o transmissor da “civilização” aos outros povos asiáticos pouco desenvolvidos. Quando se cria o novo estado da Manchukuo, estas duas visões ideológicas (de salvação e de civilização) foram especialmente difundidas, apesar das suas contradições inerentes. O novo estado tentando promover os seus ideais pan-asiáticos, tinha ao mesmo tempo de rejeitar o nacionalismo chinês e de se opor às formas de governo presentes na China, ao mesmo tempo que invocava a proteção sob o invasor Ocidental, posicionando-se como anti-nacionalista, anti-comunista e anti-ocidental. A Manchukuo tornou-se num estado pária a nível internacional, dependente da diplomacia japonesa e dos seus aliados, rodeada de forças hostis a nível regional. Foucault (1988) afirmou que “...cada estado está em permanente competição com outros países, outras nações...de tal maneira que cada estado não tem nada antes dele salvo um futuro indefinido de conflitos...” (Foucault, 1988, p. 301) e este cenário enquadra-se na génese deste “Novo Paraíso” do Oriente. De tal forma que a visão do *Outro* foi uma constante apropriação do Estado para a justificação do seu movimento de independência precisando *dele* para justificar a sua existência. Repare-se que na visão de Partha Chatterjee (1986) acerca do Nacionalismo “...que procura representar-se na imagem do Iluminismo e falha em fazê-lo. Pois, o Iluminismo em si, para demarcar a sua soberania como um ideal universal, precisa do Outro...”(Chatterjee, 1986). Neste caso, o *Outro* Ocidental, o *Outro* Chinês comunista ou nacionalista, foram transversais na resenha ideológica da Manchukuo. Tal como Gramsci notou, para um reforço da convicção popular, haveria que se proceder a um *bloco histórico*, onde ideologia (como forma) estatal asseguraria uma representação material (como conteúdo) que visava defendê-la, mantê-la e desenvolvê-la (Gramsci, 2006, p. 16). Na Manchukuo, logo após a instauração do Estado assiste-se ao controlo dessa representação material, com a imposição de uma purga literária e um controlo de todas as casas de publicação, assegurando-se o monopólio de um dos veículos mais dinâmicos e capazes de influenciar a opinião pública. A educação seria também visada nessa ambição. Raymond Williams a propósito das instituições educacionais referia: “...[elas] são geralmente os agentes principais da transmissão de uma cultura dominante...” (Williams, 2006, p. 136). Independentemente da controvérsia lançada pela invasão japonesa e o alegado desejo dos 30 milhões de manchurianos para com o movimento, o Estado teria de negociar a história da nação. O que esquecer, o

que lembrar, o que colocar nos registos escritos sobre a articulação entre o “povo” e a “nação”. Exatamente o que Homi Bhabha (1990) mencionou na problemática de identificação de um povo nacional com a narrativa identitária: “...A identidade da parte e do todo, do passado e do presente que é transversal à ‘obrigação de esquecer’ ou ao esquecimento de recordar...” (Bhabha, 1990, p. 310). Algo que Williams também mencionou na busca por uma *tradição selectiva* (Williams, 2006, p. 136). Em suma, responder à seguinte pergunta: O que importa narrar à nação? O governo da Manchukuo encontrou na educação a arena ideal para estruturar e produzir a sua versão pan-asiática, libertadora, protetora, detentora dos nobres valores asiáticos ressuscitadora dos valores tradicionais da China. O Aparelho Ideológico de Estado dissimulado que educava “oficiantes e ovelhas”, como dizia (Althusser, 1974, p. 47). Foi neste espaço que deliberadamente o Estado se preocupou em limitar a capacidade crítica de análise, apresentando a sua versão padronizada dos acontecimentos, uma “única-escrita” entre a performativa e a pedagogia (Bhabha, 1990, p. 305), e da moral residente dentro da pátria, não permitindo que se produzisse um espaço de resistência às linhas do poder. Substituiu-se o “invasor” pelo “salvador”, a “invasão” pelo “resgate”, o “colonizador” pelo “agente civilizador”. Pretendeu-se com a mesma demonstrar a desconsideração e a traição aos valores continentais da Ásia por parte dos chineses na China republicana, ao mesmo tempo que se reavivavam na Manchukuo filosofias, religiões, conceitos sociais, práticas históricas dos tempos gloriosos, incutindo na população a inferência para um retorno ao passado grandioso liderado pelo favor divino (*wangdao*). A seleção destes modelos chineses que o Estado se apropriou para a educação (e ideologia) nada tiveram de aleatório, sendo manobrados de acordo com as necessidades políticas. Confucionismo e *wangdao*, serviam os propósitos estatais de uma população acrítica, dócil, colaborante com a vontade divina. A Harmonia Étnica como uma forma de retirar a ameaça ao estatuto do colono japonês, antes contestado pelo crescente nacionalismo e Movimento de Recuperação de Direitos. Da mesma forma, a promoção das religiões das diferentes etnias nos manuais escolares eram uma estratégia do Ministério que serviria como *delimitador da distinção*, tal como demonstrou Stuart Hall (1985). As religiões tendo um impacto mobilizador nas sociedades, agregam os indivíduos em torno de uma ideologia que se repercute em práticas quotidianas. “...Elas cimentam alianças sociais (...) [contudo], elas também servem para dividir: pois as práticas ideológicas têm uma função crítica em demarcar e separar – ‘delimitando a distinção’ – entre aqueles que são legítimos, os que pertencem (...) e os que não – o inimigo, o Satã, o Rei Demónio...” (S. Hall, 1985, p. 273). Ora o comunismo, com todas as suas características ateístas, apresentava-se como um alvo evidente para estas instituições religiosas, satisfazendo o conflito ideológico que o Estado procurava. Por fim, o movimento pan-asiático que pretendia libertar a Manchúria do imperialismo, iria curiosamente submetê-la a um outro tipo de imperialismo: o cultural - japonês. Sendo a Manchukuo anti-ocidental, os modelos educacionais ocidentais, as produções literárias do exterior e até mesmo os próprios educadores foram dispensados, instaurando-se um embargo à literacia exógena e um aparelho de censura às publicações e aos autores. Foi nesta promoção do isolamento intelectual (salvo o Japão) que o Estado procurou difundir o seu “regime de verdade”, mencionado por Foucault em *Power/Knowledge*, numa produção de conhecimento regulada, com limitações restritas, sob domínio dos aparelhos do Estado, produzindo-se uma só verdade (Foucault, 1980, pp. 131–132) em conformidade com a ideologia.

Portanto, o movimento pan-asiático não só desastrosamente falhou em libertar qualquer povo asiático de qualquer imperialismo como reproduziu o mesmo tipo de subjugação num dos povos que tentava resgatar. No fundo, um antídoto para uma infeção viral que quando exposta ao sistema imunitário acaba por agudizar a necrose (Veracini, 2014, p. 627).

### **Bibliografia**

- Althusser, L. (1974). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença.
- Anderson, B. (1985). *Imagined communities : reflections on the origin and spread of nationalism*. London, UK: Verso.
- Bhabha, H. (1990). DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation. In H. Bhabha (Ed.), *Nation and Narration*. London: Routledge.
- Campos, J. M. B. L. L. (2014). *Políticas Públicas Culturais: Dinamicas, Tensoes e Paradoxos*. Coimbra: Gracio.
- Chatterjee, P. (1986). *Nationalist Thought and the Colonial World: A Derivative Discourse*. London: Zed.
- Culver, A. A. (2014). Glorify the Empire: Japanese Avant-Garde Propaganda in Manchukuo, 284. <https://doi.org/10.1007/978-1-62703-086-1>
- Duara, P. (2004). *Sovereignty and Authenticity: Manchukuo and the East Asian Modern*. Maryland, USA: Rowman & Littlefield.
- Duara, P. (2006a). Ethnos (minzoku) and Ethnology (minzokushugi) in Manchukuo. *Asia Research Institute*, (74), 1–30.
- Duara, P. (2006b). The New Imperialism and the Post-Colonial Developmental State: Manchukuo in comparative perspective. *The Asia-Pacific Journal*, 4(1), 1–23. Retrieved from <http://apjif.org/Prasenjit-Duara/1715/article.html>
- DuBois, T. D. (2008). Rule of Law in a Brave New Empire: Legal Rhetoric and Practice in Manchukuo. *Law and History Review*, 26(2), 285–318. <https://doi.org/10.1017/S0738248000001322>
- Egler, D. G. (1977). *Japanese mass organizations in Manchuria, 1928-1945 : the ideology of racial harmony*. University of Arizona.
- Eri, H. (2007). *Pan-Asianism and Japan's war 1931–1945*. Palgrave Macmillan Ltd. New York: Palgrave Macmillan Ltd.
- Foucault, M. (1980). *Power/Knowledge - Selected Interviews and Other Writings 1972-1977*. (C. Gordon, Ed.). New York: Pantheon Books.
- Foucault, M. (1988). *Technologies of the Self*. (Gutman, Ed.). London: Tavistock.
- Gramsci, A. (2006). History of the Subaltern Classes; The Concept of “Ideology”; Cultural Themes: Ideological Material. In M. G. Durham (Ed.), *Media and Cultural Studies*. Oxford: Blackwell Publishing.

- Hall, A. R. (2003). Constructing a 'Manchurian' Identity : Japanese Education in Manchukuo , 1931–1945.
- Hall, S. (1985). Religious Ideologies and Social Movements in Jamaica. In R. Boccock (Ed.), *Religion and Ideology*. Manchester: Manchester University Press.
- Han, S.-J. (2004). The Problem of Sovereignty: Manchukuo, 1932-1937. *Positions: East Asia Cultures Critique*, 12(2), 457–478. <https://doi.org/10.1215/10679847-12-2-457>
- Han, S. (2005). Imitating the Colonizers: The Legacy of the Disciplining State from Manchukuo to South Korea. *Japan Focus*, 3(7). Retrieved from [http://www.old.japanfocus.org/\\_Suk\\_Jung\\_Han-Imitating\\_the\\_Colonizers\\_\\_The\\_Legacy\\_of\\_the\\_Disciplining\\_State\\_from\\_Manchukuo\\_to\\_South\\_Korea](http://www.old.japanfocus.org/_Suk_Jung_Han-Imitating_the_Colonizers__The_Legacy_of_the_Disciplining_State_from_Manchukuo_to_South_Korea)
- Imber, J. (2014). Manzhouguo's Forgotten Collaborators, 1932-1945. In *The National Conference On Undergraduate Research* (pp. 683–693). Lexington, US: University of Kentucky.
- Kawakami, K. K. (1933). *Manchoukuo, child of conflict*. New York, US: Macmillan Co.
- Lee, C.-S. (1983). *Revolutionary Struggle in Manchuria*. Los Angeles, USA: University of California Press.
- Li, Y. (2012). *Bandit Suppression in Manchukuo (1932-1945)*. Princeton University.
- Lu, Y. (2001). *Education, Culture, and Identity in Twentieth-century China*. Michigan, US: The University of Michigan Press.
- Mutter, J. (2004). Japanese Society and the 1931 Invasion of Manchuria. *The Atlas: UBC Undergraduate Journal of World History*, 1–9.
- Narangoa, L. (2001). Educating Mongols and making "citizens" of Manchukuo. *Inner Asia*, 3(2), 101–126. <https://doi.org/10.1163/146481701793647651>
- Pasquino, G. (2010). *Curso de Ciência Política*. Lisboa: Principia.
- Pratt, E. E. (1975). *WANPAOSHAN, 1931: JAPANESE IMPERIALISM, CHINESE NATIONALISM AND THE KOREAN PROBLEM IN NORTHEAST CHINA ON THE EVE OF THE MANCHURIAN INCIDENT*. University of Virginia.
- Said, E. (1990). *Orientalismo*. Sao Paulo: Companhia das Letras.
- Sarmiento, C. (2005). Ciência Política, Políticas Públicas e a Emergência de Novos Conceitos Políticos. *Intervenção Social*, 31, 11–44.
- Smith, N. (2007). *Resisting Manchukuo: Chinese Women Writers and the Japanese Occupation*. Vancouver, Canada: UBC Press.
- Spence, J. (1999). *The Search for Modern China* (2nd ed.). New York, US: W.W. Norton.
- Tamanoi, M. A. (2000). Knowledge, Power, and Racial Classification: The "Japanese" in "Manchuria." *The Journal of Asian Studies*, 59(2), 248–276.

- Veracini, L. (2014). Understanding Colonialism and Settler Colonialism as Distinct Formations. *International Journal of Postcolonial Studies*, 16(5), 615–633.
- Williams, R. (2006). Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory. In M. G. Durham (Ed.), *Media and Cultural Studies*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Yamamuro, S. (2006). *Manchuria under Japanese Dominion*. Philadelphia, USA: University of Pennsylvania Press.
- Yang, S. (2013). On the Historical Development of Confucianists' Moral Ideas and Moral Education. *Ethics in Progress*, 4(1), 34–47.
- Young, L. (1999). *Japan's Total Empire: Manchuria and the Culture of Wartime Imperialism*. London, UK: University of California Press.
- Yu, M. (2017). *Instrumental Autonomy, Political Socialization, and Citizenship Identity*. Hong Kong: Springer Nature.
- 滿洲國政府公報 1932. (1990). *Liaoshen Shushe*.